

TURMA RECURSAL ÚNICA

J. S. Fagundes Cunha

Presidente – Relator

**RECURSO INOMINADO nº 2006.0003157-5/0, DO 2º
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA**

Recorrente.....: **OSWALDO RODRIGUES**

Recorrida: **SERCOMTEL S/A – TELECOMUNICAÇÕES**

Relator: **J. S. FAGUNDES CUNHA**

RECURSO INOMINADO – PEDIDO DECLARATÓRIO DE DIREITO ACIONÁRIO CUMULADO COM RESTITUIÇÃO DE VALORES – AUTARQUIA – TRANSFORMAÇÃO EM SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA – MUNICÍPIO – SÓCIO MAJORITÁRIO – INTERESSE – JUIZADOS ESPECIAIS – INCOMPETÊNCIA RECONHECIDA – DECISÃO CONFIRMADA. RECURSO CONHECIDO E NEGADO PROVIMENTO.

Sendo o Município de Londrina, pessoa jurídica de direito público e sócio majoritário da Sercomtel, é manifesto o interesse na causa, devendo ser reconhecida a incompetência dos Juizados Especiais.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso Inominado nº 2006.0003157-5/0 do 2º Juizado Especial Cível da Comarca de Londrina**, em que é Recorrente **Oswaldo Rodrigues** e Recorrida **Sercomtel S/A – Telecomunicações**.

01. RELATÓRIO

Trata-se de recurso inominado em que estão presentes os requisitos objetivos e subjetivos para o seu conhecimento.

TURMA RECURSAL ÚNICA**J. S. Fagundes Cunha****Presidente – Relator**

O recurso inominado apresentado não merece provimento em seu mérito.

O recorrente ajuizou pedido declaratório de direito acionário cumulado com restituição de valores pagos, em razão da aquisição de linha telefônica.

No entanto, o feito foi extinto sem julgamento do mérito em razão da incompetência do Juizado Especial, sob o fundamento da necessidade de integração do Município de Londrina no pólo passivo da demanda e a necessidade de produção de prova pericial complexa, para apuração da participação acionária do recorrente.

A r. decisão de primeiro grau merece ser confirmada, porque ainda que se trate de ação visando o cumprimento de preceito legal, é evidente que existe manifesto interesse do ente público municipal.

A companhia telefônica de Londrina - Sercomtel - antes autarquia, foi transformada em sociedade anônima de economia mista, por Lei Municipal, detendo parcela significativa das ações preferenciais (31,833839%).

Sendo assim, eventual decisão assegurando a participação acionária do recorrente, por certo ocasionaria modificação no patrimônio do Município, diante de sua expressiva participação nas ações preferenciais da Sercomtel, sendo as únicas

TURMA RECURSAL ÚNICA**J. S. Fagundes Cunha****Presidente – Relator**

possíveis de, sem aumento de capital, passarem a serem atribuídas aos proprietários de linhas telefônicas, seja pelo poder de voto das ações ordinárias, seja por previsão em Lei Municipal, conforme art. 4º, da Lei 6.666/96.

Ressalte-se ainda, que as cotas dos demais sócios não podem ser atingidas, diante da condição de terceiros que ostentam, tendo em vista que a Sercomtel pertencia em sua totalidade ao Município.

Ademais, deve ser considerado que eventual direito do recorrente, dada a natureza jurídica anterior da recorrida, advém do fato dos recursos despendidos pelos adquirentes de linhas telefônicas terem contribuído para a formação do patrimônio da Sercomtel, o qual resultou no significativo direito acionário do Município junto à empresa.

02. VOTO

Considerando as razões supra, deve-se manter integralmente a sentença impugnada, condenando-se o recorrente ao pagamento das custas e honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da causa, somente podendo ser cobrados em caso de modificação da situação prevista no artigo 12 da Lei 1.060/50.

TURMA RECURSAL ÚNICA**J. S. Fagundes Cunha**

Presidente – Relator

03. DECISÃO

ACORDAM os Magistrados integrantes da **Turma Recursal Única** dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, J. S. FAGUNDES CUNHA – Relator, Edgard Fernando Barbosa – Vogal e Luciano Campos de Albuquerque – Vogal, sob a Presidência de J. S. FAGUNDES CUNHA, em **CONHECER** e **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO**, por unanimidade de votos, de acordo com o Voto do Relator, conforme consta na Ata do julgamento.

Curitiba, 23 de junho de 2006.

J. S. FAGUNDES CUNHA – Relator

Juiz Substituto em Segundo Grau

Presidente da Turma Recursal